



SECRETARIA NACIONAL DO MPA BRASIL
SDS bloco H sala 114 - Ed. Venâncio II - CEP: 70300-000
Asa Sul Brasília - DF - CONIC
Fones: (77) 98824-4006, (61) 998617944



Brasília, 23 de Maio de 2024

Ao Senhor,
Paulo Teixeira,
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar,
Esplanada dos Ministérios Bloco C, Brasília, DF, Brasil
gab.mda@mda.gov.br

PAUTA NACIONAL

Nós, do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, sempre estivemos em luta no campo, nas ruas e nas redes, em defesa da democracia, denunciando e resistindo a todo tipo de injustiça e preconceito com o conjunto da classe trabalhadora.

O Movimento entende que a transição agroecológica dos sistemas alimentares é uma ação decisiva para superar a fome e as desigualdades sociais, enfrentar as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e a recuperação dos ecossistemas associados à promoção da saúde pública.

I - MISSÃO JOSUÉ DE CASTRO: Alimentar 5 milhões de brasileiros e brasileiras

Desde 2022, o MPA junto com mais de 15 organizações populares, constrói uma plataforma de transição de sistemas alimentar com o objetivo de alimentar cinco milhões de brasileiras e brasileiros. A Missão tem como elemento fundamental a transição agroecológica, o abastecimento popular e o **acesso a comida de verdade para cinco milhões de pessoas**.

Projetamos a **produção camponesa** e a **rede de abastecimento popular de alimentos** como um contínuo econômico, técnico, geográfico e cultural, capaz de combinar a alimentação de cinco milhões de pessoas com o acúmulo de força social para a defesa da democracia.

Apresentação em anexo.

II - PAS é PAZ: O Brasil precisa de um Programa de Alimentos Saudáveis

Entendemos que é necessário mudar a **lógica de financiamento da agricultura**, em uma lógica que supere o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se tornou em um instrumento de aprofundamento a financeirização da produção agrícola, com base nas commodities, em detrimento à produção de alimentos saudáveis. O Brasil tem uma oportunidade ímpar em iniciar um processo profundo de transição dos sistemas alimentares. Para isso, o governo Lula pode unir em um único programa quatro grandes soluções:

1. Promover o **combate à fome**, em um cenário em que 27% dos lares brasileiros afetados por algum grau de insegurança alimentar, **com base na agricultura familiar camponesa, povos originários e tradicionais** contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais.
2. Impulsionar massivamente a **transição agroecológica** e a economia da biodiversidade corroborando para a descarbonização dos sistemas alimentares.
3. **Fortalecer a saúde pública** através da disponibilização e adoção de padrões alimentares saudáveis.
4. **Lançar uma nova geração de políticas públicas** capazes de promover a participação popular, a consciência cidadã e a defesa da democracia.

O desafio é construir um programa de novo tipo, abrangente e sistêmico, integrando numa mesma plataforma projetos territoriais de desenvolvimento com base no fortalecimento da cooperação e do associativismo, **crédito desbancarizado**, infraestruturas territoriais, equipamentos de abastecimento e acesso a alimentação, bem como serviços como assistência técnica, capacitação, comunicação entre outros em um enfoque marcadamente territorial conectando campo-cidade.

Para isso propomos remanejar 30% do recurso destinado à equalização dos juros (hoje estimados em R\$9bi, esse manejo é permitido por lei sem necessidade de passar pelo Congresso) para aplicar nessa política inovadora (PAZ é PAS) para o campesinato brasileiro.

Só assim, teremos um verdadeiro enfrentamento à fome: produção de alimentos, comercialização e abastecimento popular a partir da construção da soberania alimentar.

Proposta detalhada em anexo.

III - Emergências Climáticas

A situação de emergência e calamidade climática ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, e em menores proporções em outros estados do país, não podem mais ser tratadas como eventos isolados. É necessário uma mudança estrutural, uma vez que eventos como estes são cada vez mais frequentes e intensidades maiores.

Relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 2023 já estimava em 5% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola mundial os prejuízos associados às mudanças climáticas. E sabemos que isto só irá aumentar. A Confederação Nacional dos Municípios estimou em 28 bilhões de reais os prejuízos na agricultura com a seca do início de 2023 e, depois, com as cheias no Rio Grande do Sul. Para se ter uma ideia, isso representa mais da metade do valor total contratado no PRONAF na safra 2022/2023. Isto, sem levar em conta os ocorridos de maio de 2024.

Sabemos que o modelo de produção da grande agricultura convencional é um dos fatores fulminantes para o desequilíbrio ecológico. É preciso mudar a lógica de financiamento para um sistema alimentar resiliente.

1. Pagamento por Serviço Ecosystemico

Agricultores familiares, camponeses, indígenas, povos e comunidades tradicionais desempenham um papel essencial na garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. São a maioria da população do campo e possuem em suas práticas agrícolas alta identificação com a terra, com a comunidade e com a natureza.

Reconhecendo sua importância, propomos um programa de Pagamento por Serviços Ecosystemicos (PSE) que ofereça no mínimo de um salário mínimo por mês, podendo chegar a dois, com base em critérios específicos. Este programa visa valorizar os serviços ecosystemicos prestados pelos agricultores familiares, camponeses, indígenas, povos e comunidades tradicionais e auxiliá-los na realização de práticas agrícolas sustentáveis. O principal papel é promover a conservação ambiental, a inclusão social e a geração de renda para famílias em situação de vulnerabilidade que vivem em áreas de conservação ambiental.

Também, no Decreto nº 11.635/2023, que regulamenta o Bolsa Verde realiza pagamentos trimestrais de R\$600,00 (seiscentos reais) a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e expandir para todo o território nacional.

IV - Ações Imediatas: Para atender a base camponesa do MPA

2. Combate à fome

Reivindicamos ao governo federal, que priorize políticas públicas visando o aumento da produção de alimentos e o aumento da renda, combinado com a política de abastecimento:

- a. Ampliar a capacidade da CONAB - o alimento e o abastecimento popular devem ser tratados como questão estratégica, portanto, é preciso fortalecer a CONAB como empresa pública, estatal, para garantir as estruturas de comercialização, armazenagem e estoques reguladores, da mesma forma como são tratadas áreas como o estado brasileiro criou para setor elétrico e petróleo. O alimento e o abastecimento popular têm que ser tratados como questão estratégica de soberania nacional em função das pressões de mercado, por meio de uma empresa pública 100% Estatal – “CONABRÁS.” Fortalecer a CONAB, com pessoal, estrutura e orçamento, com estratégia para a soberania alimentar brasileira com ampliação de orçamento para 2 bilhões anuais para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA;
- b. Crédito especial - construir um crédito especial no valor de R\$ 2.7000.000,00 para o fomento a produção dos principais alimentos da Cesta Básica com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);

- c. Construir junto ao Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, parcerias público popular que viabilize criação de mercados populares de alimento nos bairros populares;
- d. Sementes Crioulas - Fomento ao resgate, conservação, multiplicação, pesquisa e inovação de sementes crioulas e variedades em ecossistemas produtivos focados na agroecologia - destinação de áreas da CODEVASF para instalação de campos de multiplicação no semiárido (Pauta apresentada ao Governo Dilma em 2013);
- e. PRONARA - priorizar a tramitação e aprovação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos;
- f. Quintais Produtivos - subsidiar a implementação de 25 mil Quintais Produtivos/ atualizando valores para R\$25.0000,00, tendo em conta que ATER esteja fora desse valor.

3. Mecanização integral para a agricultura camponesa

Um programa massivo de mecanização agrícola e de processamento mínimo considerando a sócio biodiversidade da agricultura familiar camponesa adaptada para trazer importantes resultados para o desenvolvimento da sociedade brasileira (proposta completa no Programa Camponês).

4. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Reajustar os preços do PNAE e pactuar com o Ministério da Educação para destinação dos 30% da compra do programa da agricultura familiar para ser operacionalizada pela **CONAB**, garantido efetividade na compra da produção dos alimentos da agricultura familiar e camponesa.

5. Construção da Política Nacional de Convivência com o Semiárido

Convivência com Semiárido - Implantar o Plano de convivência com o Semiárido, garantindo recursos necessários tendo o recaatingamento como metodologia de conservação e manejo sustentável da caatinga, frear a desertificação, recuperar áreas degradadas nos agroecossistemas camponeses e coletivos com a utilização de espécies vegetais da sociobiodiversidade na perspectiva de avançar a organização social e produtiva da juventude e das mulheres camponesas, ampliando a capacidade do INSA (Instituto do Semiárido). MDA aportar orçamento para incentivo à produção de alimentos no semiárido;

6. Plano Nacional de Agroindústria Multifuncionais

Estruturar programa nacional de implantação e gestão de agroindústrias camponesas de pequeno e médio porte, diversificadas e interiorizadas, com recursos públicos subsidiados, constituindo sistemas agroindustriais integrados, permitindo avanços na agregação de valor e na melhoria da renda das famílias camponesas. É fundamental uma legislação específica para a agricultura camponesa, pois o atual sistema legal é excludente e feito para garantir o monopólio de mercado às grandes agroindústrias e grandes redes de supermercados.

Incorporar esta demanda ao Programa Mais Alimento - R\$200 milhões.

7. Regularização fundiária e a afirmação da demarcação dos territórios

Implantação de assentamento e viabilização de assentamentos e reassentamentos infraestrutura, crédito subsidiado, fomento, estradas, abastecimento de água, lazer e esportes, comunicação e internet.

Programa de regularização fundiária, de modo especial, para reduzir custos de solução de passivos de herança.

- a. Avançar na **Reforma Agrária**, garantindo o acesso à terra para os/as trabalhadores/as sem-terra (demandas já encaminhadas do Pará e Bahia) ;
- b. Avançar na **regularização fundiária** das comunidades camponesas e demarcação dos territórios tradicionais, em especial comunidades quilombolas.

8. Programa Público Nacional de Saneamento Básico Rural

Ampliar a implantação de 100 mil sistemas familiares de reuso das águas cinzas associados aos Canteiros da Agrobiodiversidade, bebendo das experiências executadas pelo MPA na Bahia apoiadas pelo Governo Estadual reduzindo a poluição ambiental e ampliando a produção de alimento para famílias camponesas de baixa renda.

9. Biodigestores familiares

Apoiar a implementação de **25 mil biodigestores familiares**, potencializando o reaproveitamento dos resíduos gerando sustentabilidade e renda para 25 mil famílias camponesas organizadas no MPA. Acompanhado do assessoramento técnico com ênfase na tecnologia.

10. Massificação da Transição Agroecológica

- a. Ampliar as condições e estruturar as OCS para a Certificação Participativa.
- b. Criação de uma legislação sanitária adaptada à realidade camponesa - Nova visão da Vigilância Sanitária animal e vegetal, com reconhecimento da produção tradicional camponesa e artesanal como direito consuetudinário, estabelecendo gradualidade de exigência para baixo risco sanitário – manual de boas práticas simplificado - médio e alto risco.
- c. Assegurar orçamento mínimo de R\$100 milhões anuais ao ECOFORTE e considerar os Movimentos Sociais como Rede autorizadas para execução.

11. Negociação das dívidas da Agricultura Familiar:

Em função do distrato dado pelo estado à Agricultura Familiar no período pandêmico negando a Lei Assis de Carvalho que geraria as condições mínimas para assegurar as condições para seguir e ampliar a sua capacidade de produção e oferta de alimentos, implicando no endividamento. Diante disto, propomos a unificação das dívidas, reunindo todos os contratos com cada família em um único novo contrato e uma repactuação dos juros e prazos, parcelando estas dívidas em 5 anos.

12. Assistência Técnica e Extensão Rural:

- a. A Assistência Técnica direta do MDA com proibição de entidades que não são do território atendido executar o ATER. Obrigatoriamente a equipe deve ser composta por no mínimo 25% de Agentes Comunitário Rural. É fundamental para o aumento da produção e vem sendo um dos gargalos das cooperativas da agricultura familiar e camponesa. Programas como PAA e PNAE podem avançar amplamente, inclusive com alimentos orgânicos, mas, para isso, a assistência técnica é fundamental. Inclusive, para viabilização do fomento disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- b. **Formação dos bombeiros agroecológicos:** Formar nossa juventude, para o trabalho nas comunidades, na relação com as escolas famílias agrícolas

13. Programa Sol Para Todos

Propomos ao Governo Federal a implantação de um Programa “Sol para Todos – Sol é Alimento” - estruturados com usinas solares comunitárias nas comunidades camponesas, assentamentos, reassentamentos, comunidades indígenas e quilombolas, periferias urbanas, para reduzir o custo da energia no campo, baratear o custo de produção dos alimentos e/ou remunerar as comunidades, através de associações ou cooperativas, com subsídio às famílias de baixa renda e financiamento de longo prazo.

Esta Proposta tem como objetivo central democratizar o uso da energia fotovoltaica, possibilitando reduzir de forma significativa o custo da energia elétrica para os consumidores brasileiros, de modo especial.

14. Soberania Hídrica

Universalizar o **acesso à água** potável para consumo humano, água para dessedentação animal e produção (pequenas irrigações) para todas as comunidades do campo, priorizando as regiões mais necessitadas, sem comprometer o equilíbrio ambiental.

- a. Ampliar a construção do programa da primeira e segunda água (cisternas para consumo humano e cisterna para produção) para outras regiões do Brasil.
- b. Implantação do Programa Água em Minha Casa - sistemas de abastecimento de água por meio de adutoras prioritariamente para as comunidades ribeirinhas e as que estão no entorno das adutoras existentes;
- c. Sistemas simplificados a partir de água de poços;
- d. Perfuração e instalação de poços;
- e. Construção de pequenas barragens e açudes;
- f. Construção e limpeza de aguadas;
- g. Construção de barragem subterrâneas.

15. Condições de Permanência da Juventude no Campo

Assegurar o rejuvenescimento do campo. Considerando que a questão dos alimentos é central na atualidade, e que a produção de alimentos é feita pela agricultura camponesa, esta tem papel estratégico na construção da soberania alimentar. Diante disso, garantir a sucessão camponesa é fundamental, para isso as políticas sociais, agrárias, agrícolas, culturais, ambientais, educacionais, financeiras, industriais, enfim, as Políticas Estratégicas do Estado Brasileiro, precisam se debruçar para manter e atrair uma geração jovem para a produção de alimentos, para a vida no campo e seus encantos e para a gestão do patrimônio natural e cultural herdado das gerações camponesas anteriores.

A permanência da juventude no campo se garante com fortalecimento e estruturação das comunidades camponesas, a valorização da cultura e da identidade camponesa, com acesso às tecnologias de comunicação (internet), geração de renda, acesso à terra, educação, esporte, cultura e lazer.

Construir uma bolsa permanência no valor de 1 salário mínimo.

V- Ações Estratégicas Necessárias

16. Viabilizar TED Embrapa

Universidade e MPA para viabilizar expansão na produção, multiplicação e armazenamento de sementes crioulas nos estados do RS, BA/PE, RJ e RO, sendo R\$14 milhões para o RS, R\$15 milhões Nordeste, R\$9 milhões Sudeste, R\$6 milhões Norte.

17. Operacionalizar o ATER via TED

Operar via TED para ampliação do Fomento junto ao MDS, nos estados do RS, BA, RO, ES, PI, MG, PE, SE, AL, PA, RJ, SC e PR, totalizando o atendimento a 20.000 (2 mil) fomentos.

18. Execução do PRONAF

Ampliar a execução do PRONAF para a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para viabilizar o acesso para famílias em municípios que têm sido limitadas pela posição do Banco do Brasil, em especial nos estados sul, sudeste e norte, especialmente o PRONAF B.

- Zerar os Juros do PRONAF para Produção de Alimentos (Feijão, Arroz e Mandioca e Hortifrutigranjeiros)

19. Centro Territorial da COOPERBIO em Seberi – RS

Avançar na proposta da construção do Centro Territorial em Seberi em uma Universidade Camponesa do Clima com foco na transição agroecologia e produção de bioinsumos - O MPA vislumbra a estruturação de um espaço que permita concentrar num mesmo ambiente as condições para desenvolver os processos formativos e de capacitação em práticas agroecológicas, sistemas agroflorestais e

reserva de água, bio construção e arquitetura sustentável, ações de planejamento em educação ambiental e socioambiental, produção de bioinsumos (compostos orgânicos e biofertilizantes), além de promover e fortalecer os processos de cooperação e organização no território. (Projeto em anexo).

20. Bioinsumos

O escalonamento da transição agroecológica, demanda a produção e disponibilização de bioinsumos compatíveis com os sistemas de produção da agricultura familiar camponesa.

A instalação de biofábricas mais próximas aos agricultores, visa melhorar a cadeia de valor da agricultura familiar camponesa através da diminuição dos custos de produção, desenvolvimento de tecnologias customizadas ao Bioma, estímulo a adoção de tecnologias sustentáveis e valorização da biodiversidade dos Bioma Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica e áreas de transição presentes no estado da Bahia.

Aspecto de alta relevância, é que os bioinsumos atuam nos marcos da Bioeconomia e Economia Circular, reduzindo o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos impactando positivamente no enfrentamento ao aquecimento global e mudanças climáticas, impulsionando a mudança da matriz tecnológica e convertendo a agricultura em ativo de recuperação dos serviços ecossistêmicos.

Outro destaque é a diminuição da dependência de insumos agroquímicos – agrotóxicos e fertilizantes –, tornando os cultivos e criações vinculados à segurança alimentar menos vulneráveis à flutuação de preços internacionais ou mesmo sujeita a falta de oferta. **Investimento de R\$15 milhões.** *(Proposta já protocolada).*

21. Raízes do Brasil

Construir estratégias de comercialização - Apoio a rede logística e equipamentos para estruturação desses espaços de comercialização na perspectiva de abastecimento popular.

- R\$10 milhões como subsídio, apresentar projeto.

22. I Encontro e Feira Nacional de Mulheres Camponesas do MPA

Viabilizar apoio em caráter institucional para a realização do I Encontro e Feira Nacional de Mulheres Camponesas do MPA. A atividade será realizada nos dias 13 a 16 de outubro de 2024, em Salvador na Bahia com público de 1.000 mulheres. Diante disso, solicitamos apoio em passagens aéreas e locação de ônibus *(projeto em andamento).*

23. DAP/CAF

Assegurar que a nova portaria inclua, em caráter provisório, o NIS, RB - relação de beneficiário do Incra e Incbio, RGP – registro geral da pesca e APMP – autorização da pesca manejada do Pirarucu. Ambos para acesso ao PNAE, PAA e PGPMBIO. Considerar essa possibilidade para Minha Casa Minha Vida.

DAP's só devem cair ou perder a validade quando forem efetivados CAF para toda Agricultura Familiar.

Os emissores públicos devem realizar busca ativa e seguir um plano de substituição de DAP por CAF, seguindo calendário construído nos municípios.

Estados, com definição de metas, acompanhada de medidas que assegurem a relação com terra, território e maretório.

O plano deve ser elaborado conjuntamente com os coordenadores do MDA nos Estados, órgãos públicos emissores e entidades emissoras cadastradas.

O plano deve prever uma estratégia de comunicação em redes sociais, rádios, TVs (ao modo do cartão bolsa família, a AF deve receber mensagens e áudios que informem sobre a data que deve comparecer para realizar sua substituição).

Considerar para auferir o quantitativo de DAP, além dos números do PRONAF, os demais programas e políticas públicas acessadas pelo povo do campo, das águas e das florestas.

24. Operação Arroz Nordeste

Considerando a produção de arroz no Nordeste e a potencial capacidade produtiva na região frente à crise em curso, reivindicamos do governo um programa imediato para a Produção de Arroz no Nordeste, atendendo 20 mil hectares (SE, AL, BA, CE, MA, RN e PI) envolvendo mais de 5 mil famílias. Para isso, se faz necessário uma ação emergencial que assegure as seguintes condições:

- Estrutura logística (Transporte e Armazenagem)
- Máquinas e equipamentos;
- Crédito emergencial
- Bioinsumos
- Edital de ATER direcionado

QUEM ALIMENTA O BRASIL EXIGE RESPEITO!
"Quem tem fome tem pressa"

Atenciosamente;
Anderson Amaro
Coordenação Nacional - MPA e CLOC/Via Campesina Brasil
Secretaria Nacional
Acesse: www.mpabrasil.org.br